

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Outubro/2019

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**RIOPRETOPREV****Concurso Público para provimento de cargos**  
**Agente Previdenciário**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA****Conhecimentos Gerais**  
**Conhecimentos Específicos**  
**Discursiva: Redação****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Sistemas de base agroecológicos contribuem para a segurança alimentar.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva: Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva: Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva: Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva: Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva: Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 7, considere o texto abaixo.

*O casamento, para ela, era isso: quarenta e oito anos de opressão, de humilhações, de vexames. Um verdadeiro tirano, o marido dela, um homem autoritário que lhe dava ordens sem cessar e que a ridicularizava na frente de todo o mundo: minha mulher é um desastre, proclamava, não faz nada direito.*

*E ela? Ela calava. Jamais protestara. Até os filhos se indignavam com aquela passividade: você não pode se deixar dominar dessa maneira, diziam, você tem de fazer alguma coisa. Ela suspirava, resignada, não dizia nada.*

*Mas estava, sim, resolvida a se vingar. Sua vingança seria cruel e requintada, uma vingança capaz de indenizá-la por uma vida de sofrimentos. Só faltava descobrir a maneira de fazê-lo.*

*A ideia lhe ocorreu quando, uma manhã, o marido perguntou se ela não vira seu cachimbo. Entre parênteses, gostava muito disso, de fumar cachimbo. Verdade que a ela o cheiro deixava tonta; mas ele pouco estava ligando. Entre a mulher e o cachimbo prefiro o cachimbo, costumava dizer, entre gargalhadas. Mas então ele tinha esquecido onde deixara o cachimbo – sinal de que a memória lhe falhava. E ela resolveu tirar proveito disso. Para quê? Para enlouquecer o marido. Exatamente: enlouquecê-lo. Era o mínimo a que podia almejar.*

*E aí começou o jogo. Onde está o cachimbo, perguntava ele. Ali onde você o colocou, dizia ela, em cima do televisor.*

*Ele ficava perplexo: eu coloquei o cachimbo em cima do televisor? E por que teria feito isso, se ali não é lugar de cachimbo? Quanto mais perturbado ele ficava, mais ela se entusiasmava. Era como uma gata brincando com um camundongo, um camundongo triste e desamparado. Você não viu o meu cachimbo? Está ali na prateleira, onde você o deixou. Eu? Eu deixei o cachimbo na prateleira? A coisa ia num crescendo, a angústia dele aumentando sempre. Ela já tinha o final planejado: um dia o cachimbo sumiria para sempre. E quando ele perguntasse ela responderia: você o jogou fora. O que seria um golpe... mortal? Mortal.*

*Só que ele morreu antes disso. Um ataque do coração, provavelmente. Ela chorou muito: em parte porque tinha pena dele, em parte porque não pudera consumir sua vingança. Mas aí teve uma ideia: colocar o cachimbo no caixão. Para atormentá-lo pela eternidade afora. Procurou o cachimbo, mas não o achou. Simplesmente não conseguia lembrar de onde o colocara. Ali, em alguma parte da casa, estava o maldito objeto. Só que ela não o encontrava. E isto significava que jamais teria paz. Que aquela lembrança a torturaria até a morte.*

(SCLIAR, Moacir. **O imaginário cotidiano**. São Paulo: Global, 2002, p. 113-114)

1. Nos dois primeiros parágrafos, a mulher é caracterizada como
  - (A) opressora.
  - (B) indignada.
  - (C) volúvel.
  - (D) submissa.
  - (E) subversiva.

---

2. Em *Sua vingança seria cruel e requintada, uma vingança capaz de indenizá-la por uma vida de sofrimentos* (3º parágrafo), os termos sublinhados podem ser substituídos, sem qualquer prejuízo para o sentido do texto, por
  - (A) sofisticada – compensá-la
  - (B) implacável – redimi-la
  - (C) refinada – atormentá-la
  - (D) impiedosa – confortá-la
  - (E) perversa – puni-la

---

3. Confere caráter hipotético à frase o verbo sublinhado em:
  - (A) Ela já tinha o final planejado (6º parágrafo)
  - (B) você tem de fazer alguma coisa (2º parágrafo)
  - (C) um dia o cachimbo sumiria para sempre (6º parágrafo)
  - (D) Só que ele morreu antes disso (7º parágrafo)
  - (E) não pudera consumir sua vingança (7º parágrafo)



4. *Mas aí teve uma ideia: colocar o cachimbo no caixão. Para atormentá-lo pela eternidade afora.* (7º parágrafo)

O termo sublinhado acima introduz ideia de

- (A) condição.
- (B) consequência.
- (C) comparação.
- (D) causa.
- (E) finalidade.

5. O segmento sublinhado em *o marido perguntou se ela não vira seu cachimbo* (4º parágrafo) exerce a mesma função sintática do termo sublinhado em:

- (A) *Ela suspirava, resignada, não dizia nada* (2º parágrafo)
- (B) *O casamento, para ela, era isso* (1º parágrafo)
- (C) *Jamais protestara* (2º parágrafo)
- (D) *você tem de fazer alguma coisa* (2º parágrafo)
- (E) *E aí começou o jogo* (5º parágrafo)

6. *Que aquela lembrança a torturaria até a morte.* (7º parágrafo)

Os termos sublinhados acima constituem, respectivamente,

- (A) preposição e pronome.
- (B) artigo e artigo.
- (C) pronome e preposição.
- (D) artigo e preposição.
- (E) pronome e artigo.

7. Ao ser transposto para o discurso indireto, o trecho *Entre a mulher e o cachimbo prefiro o cachimbo, costumava dizer* (4º parágrafo) assume a seguinte redação:

- (A) Ele costumava dizer: – Entre a mulher e o cachimbo, preferia o cachimbo.
- (B) Ele costumava dizer que, entre a mulher e o cachimbo, preferia o cachimbo.
- (C) Ele costumava dizer que, entre a mulher e o cachimbo, prefere o cachimbo.
- (D) Ele costumava dizer: – Entre a mulher e o cachimbo, prefiro o cachimbo.
- (E) Ele costumava dizer que, entre a mulher e o cachimbo, preferiria o cachimbo.

8. *É necessário conhecer-se I si mesmo. Ainda quando isso não servisse para encontrar a verdade, pelo menos serve para regrear II própria vida, e nada III de mais justo.*

(Adaptado de: PASCAL, Blaise. **Diversão e tédio**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 15)

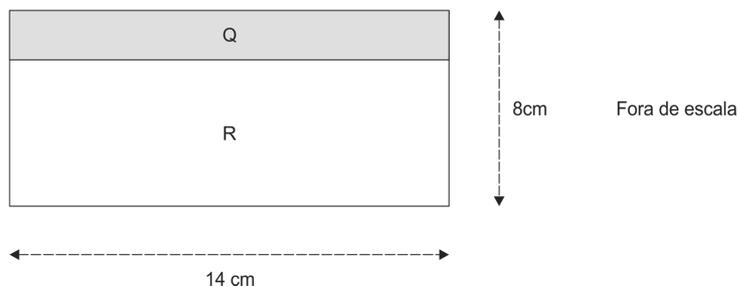
Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas **I**, **II** e **III** do texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) à – à – há.
- (B) a – à – a.
- (C) a – a – há.
- (D) à – a – a.
- (E) a – à – há.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

9. Em uma gincana escolar, todos os alunos estão vestidos com camisas numeradas, que podem ser ou vermelhas ou azuis. Para uma determinada atividade, 9 alunos vestidos de azul devem formar duplas com alunos vestidos de vermelho, de maneira que a soma dos números das camisas de cada dupla seja igual a 40. Sabendo que a soma dos números das camisas azuis desses 9 alunos é igual a 181, a soma dos números das camisas vermelhas dos 9 alunos que formarão duplas com eles deverá ser:
- (A) 179  
(B) 199  
(C) 201  
(D) 265  
(E) 360
- 
10. A biblioteca de uma escola foi transferida, em duas etapas, para um novo prédio. Na primeira etapa, 3 funcionários, em 2 horas e 10 minutos, carregaram 294 livros. Na segunda etapa, 14 funcionários, todos com a mesma força de trabalho daqueles da primeira etapa, carregaram os livros restantes, em 13 horas. O total de livros transferidos foi:
- (A) 7.644  
(B) 7.938  
(C) 8.232  
(D) 8.526  
(E) 8.820
- 
11. Uma confeitaria vende doces pequenos e grandes. O preço de um doce pequeno é R\$ 7,00 a menos do que o preço de um doce grande. Na venda de 93 doces pequenos e 79 doces grandes, foram arrecadados R\$ 1.155,00. O preço de um doce pequeno nessa confeitaria é:
- (A) R\$ 3,00  
(B) R\$ 3,50  
(C) R\$ 4,00  
(D) R\$ 4,50  
(E) R\$ 5,00
- 

12. Um retângulo possui 14 cm de comprimento e 8 cm de largura e foi dividido em duas regiões, Q e R, conforme mostra a figura abaixo.



Sabendo que a área da região Q é  $42 \text{ cm}^2$ , o perímetro da região R, em cm, é igual a:

- (A) 30  
(B) 32  
(C) 34  
(D) 36  
(E) 38
- 
13. Se estou inspirado, escrevo um poema em 10 minutos. Se escrevo um poema em 10 minutos, então é inverno. Eu só escrevo poemas no verão ou no inverno. Meu último poema foi escrito no verão, o que permite concluir, logicamente, que, ao escrever meu último poema, eu
- (A) estava inspirado.  
(B) não estava inspirado.  
(C) o escrevi em 10 minutos.  
(D) o escrevi em mais de 10 minutos.  
(E) estava inspirado ou o escrevi em menos de 10 minutos.



14. Duas crianças fizeram uma pilha de 81 cartas e vão se alternar retirando cartas dessa pilha. Cada criança poderá retirar de 1 a 6 cartas por vez, e o objetivo do jogo é retirar a última carta da pilha. Existe uma única estratégia que garante a vitória à primeira criança que jogar. Nessa estratégia, o número de cartas que devem ser retiradas na primeira vez é:
- (A) 2
  - (B) 3
  - (C) 4
  - (D) 5
  - (E) 6

---

#### Noções de Informática

15. No Microsoft Word 2013, em português, é possível aplicar a formatação que já existe em um trecho do texto em outras partes do documento. Para selecionar a formatação que se quer aplicar, seleciona-se o trecho que possui a formatação e, em seguida, na guia Página Inicial, clica-se em
- (A) Área de Transferência.
  - (B) Pincel de Formatação.
  - (C) Selecionar Formatação.
  - (D) Copiar Formatação.
  - (E) Clonar formatação.
16. Quando se digitam informações sigilosas em um *site*, como dados de cartão de crédito ou dados pessoais, estas informações devem ser enviadas ao servidor de forma sigilosa, por meio de conexões seguras providas pelo protocolo:
- (A) SMTP.
  - (B) *Wireless*.
  - (C) HTTP.
  - (D) POP3.
  - (E) HTTPS.
17. No canto direito do campo onde se digita o endereço do *site* que se deseja visitar, no Google Chrome, há o ícone de uma estrela. Este ícone
- (A) permite fazer *download* do arquivo selecionado na janela.
  - (B) adiciona a página atual à lista de sites favoritos.
  - (C) acessa o histórico de sites visitados.
  - (D) permite verificar se o site é ou não seguro.
  - (E) permite acessar as configurações da página.
18. Um usuário precisa enviar 145 documentos por *e-mail*, que totalizam 2,5 MB e estão em uma pasta no seu computador com o Microsoft Windows 2010, em português. Para isso, foi orientado a compactar estes documentos em um único arquivo com extensão *.zip* e anexar este arquivo ao *e-mail*. Poderá usar, para compactar os arquivos, o aplicativo
- (A) MS RetroZip.
  - (B) 7-Zip.
  - (C) USBZip.
  - (D) RotoZip.
  - (E) Ziploc.
19. Para editar as configurações da placa-mãe em computadores da linha PC, o BIOS possui uma interface chamada *Setup*, que normalmente é acessada, após ligar o computador, pressionando-se a tecla
- (A) F11.
  - (B) Home.
  - (C) Del ou Delete.
  - (D) F12.
  - (E) F4.
20. Com a finalidade de proteger as informações do computador, o Windows 10 possui o
- (A) *Microsoft Avast Antivirus*.
  - (B) *Symantec Norton Security*.
  - (C) *Windows Kaspersky Security*.
  - (D) *Microsoft Pcilin Housecall*.
  - (E) *Windows Defender Firewall*.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Legislação Municipal**

21. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto, é necessária a edição de lei para
- (A) criar cargos públicos, sendo a extinção deles passível de ser determinada por decreto, independentemente de estarem vagos ou não.
  - (B) autorizar a alienação de imóveis pelo Município, uma vez que cabe ao Executivo decidir, por meio de decreto, a concessão de uso e de direito real de uso.
  - (C) disciplinar matéria urbanística local, a exemplo da edição de lei de zoneamento.
  - (D) declarar de utilidade pública imóveis pertencentes a particulares, não dispondo o Município de competência para fazê-lo por meio de decreto.
  - (E) autorizar isenções fiscais e estabelecer hipóteses de dispensa e inexigibilidade para contratação de terceiros.
- 
22. De acordo com a Lei Complementar nº 05, de 28 de dezembro de 1990,
- (A) os ocupantes de emprego público farão jus à estabilidade após 5 anos de efetivo exercício.
  - (B) os ocupantes de emprego público e aqueles nomeados para cargos de livre provimento não se submetem à regra do concurso público, porque podem ser demitidos a qualquer tempo.
  - (C) no caso de extinção do cargo ocupado por servidor estatutário estável, ficará rompido o vínculo funcional e encerrada a obrigatoriedade de remuneração do servidor.
  - (D) os benefícios e vantagens são concedidos aos servidores celetistas e estatutários por meio de edição de decreto do Executivo.
  - (E) a contratação de servidores por prazo determinado pode se dar para o atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público.

**Noções de Direito Constitucional**

23. Diante de uma decisão da Administração pública que acarrete a violação de direito líquido e certo de um administrado, a este a Constituição Federal assegura
- (A) o cabimento de mandado de segurança individual, garantia constitucional a ser impetrada contra a decisão da autoridade, a fim de desfazê-la.
  - (B) o cabimento de mandado de injunção, para fins de anulação da decisão que ofendeu direito do administrado.
  - (C) o ajuizamento de mandado de segurança coletivo, considerando a projeção de efeitos da violação a direitos individuais.
  - (D) a impetração de ação popular contra ato da autoridade coatora, desde que o administrado comprove a violação a direito líquido e certo.
  - (E) a impetração de *habeas corpus*, se a violação em questão ofender direito individual do administrado.
- 
24. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal quanto à responsabilidade civil no âmbito da Administração pública e da prestação de serviços públicos,
- (A) somente as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos causados por seus agentes, em caráter objetivo.
  - (B) os agentes públicos respondem objetivamente pelos danos que causarem no exercício de suas funções, independente de culpa ou dolo.
  - (C) os entes que integram a Administração pública indireta respondem subjetivamente pelos danos causados por seus agentes em decorrência de atos comissivos ou omissivos.
  - (D) quando se tratar da prática de ato comissivo doloso, o agente responsável responderá solidária e objetivamente com a pessoa jurídica a que estiver vinculado.
  - (E) as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração pública indireta que sejam prestadoras de serviço público respondem objetivamente pelos danos causados por seus agentes.

**Noções de Direito Administrativo**

25. A possibilidade de a Administração pública praticar atos e adotar medidas que limitem os direitos individuais dos administrados, sob o fundamento de interesse público, encontra fundamento no poder
- (A) de polícia, que admite a imposição e a supressão, por decreto, de direitos e obrigações aos administrados.
  - (B) normativo, que produz efeitos gerais e também medidas materiais de limitação aos direitos individuais.
  - (C) disciplinar, que se dirige a todos os administrados, em razão da supremacia do interesse público.
  - (D) de polícia, que abrange a possibilidade de adoção de medidas materiais repressivas diante da necessidade de tutela do interesse público.
  - (E) normativo, cujo viés originário permite a instituição, por decreto, de direitos e obrigações aos administrados.



26. À exploração de serviços públicos por empresa privada, mediante celebração de instrumento de natureza contratual com o poder público, dá-se o nome de
- (A) concessão de serviço público, contrato que veicula a delegação da prestação dos serviços ao particular, remanescendo, contudo, a titularidade do mesmo com o poder concedente.
  - (B) contrato de permissão de serviço público, por meio do qual o permissionário passa a ser titular do serviço e responsável por sua prestação à população.
  - (C) delegação, que também pode se dar por meio da edição de decreto do titular do serviço público, ato que estabelecerá os investimentos de responsabilidade do ente público e aqueles do particular.
  - (D) autorização, que admite a prestação do serviço por prazo indeterminado, enquanto se mostrarem presentes razões de interesse público e adequada disponibilização à população.
  - (E) concessão ou autorização de serviço público, em cujo termo caberá disciplinar a remuneração a ser paga pelo poder público em complementação à tarifa paga pelo usuário.

27. A edição de um ato discricionário pela Administração pública possibilita
- (A) sua anulação, pela própria Administração pública, por razões de conveniência e oportunidade, em observância ao interesse público.
  - (B) sua anulação pelo Poder Judiciário, caso identificada a presença de vício de legalidade, não sendo permitido, contudo, revogá-lo.
  - (C) o controle de mérito e de legalidade pelo Legislativo, permitindo ao Tribunal de Contas a revogação e a anulação dos atos administrativos inoportunos ou ilegais.
  - (D) o controle de mérito pelos próprios cidadãos, que podem demandar provimento jurisdicional que imponha o dever de revogação à Administração pública.
  - (E) o exercício do juízo de conveniência e de oportunidade pela Administração pública nos termos das opções constantes expressamente da legislação, sob pena de anulação por vício de mérito.

28. Estando em curso procedimento disciplinar contra servidor público, ao qual foi imputada a prática de infração disciplinar de natureza grave,
- (A) fica suspensa a tramitação de processo administrativo ou judicial para imputação de responsabilidade civil, em razão da natureza prejudicial da infração disciplinar.
  - (B) este não poderá ser julgado se também estiver em curso processo criminal decorrente dos mesmos fatos, em razão da maior gravidade da responsabilidade penal.
  - (C) não se afasta a possibilidade de imputação de responsabilidade do servidor pela tipificação de infração de outras naturezas em razão da mesma conduta, como a caracterização de crime ou de ilícito civil.
  - (D) caberá observância das garantias de contraditório e ampla defesa ao servidor, concentrando-se a apuração das infrações de todas as naturezas no mesmo processo, em razão da identidade da conduta que embasa a tipificação.
  - (E) o servidor poderá ser pessoalmente responsabilizado na esfera penal concomitantemente, cabendo sobrestar a apuração e responsabilização na esfera civil em razão da identidade de natureza da infração.

#### Noções de Direito Previdenciário

29. Sobre a Seguridade Social, cuja base da normatização se encontra prevista na Constituição Federal de 1988, pode-se dizer que
- (A) é regida, dentre outros, pelos princípios da equidade na forma de participação no custeio e uniformidade da base de financiamento.
  - (B) as contribuições sociais que financiam a seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos 90 dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
  - (C) as contribuições sociais que financiam a seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos 180 dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
  - (D) é regida, dentre outros, pelos princípios da universalidade de cobertura e atendimento, e equivalência na prestação dos benefícios.
  - (E) as contribuições sociais que financiam a seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos 12 meses da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, pelo princípio da anualidade.



30. Rosa é empregada da empresa de embalagens Embala Tudo Ltda. e atualmente conta com 28 anos de contribuição para a Previdência Social. Antúrio é garimpeiro em economia familiar na Serra Pelada e tem atualmente 60 anos de idade. Lírio é professor universitário tendo trabalhado exclusivamente nessa função e possui 59 anos de idade. De acordo com a Constituição Federal de 1988,
- (A) Rosa poderá se aposentar dentro de 2 anos, Antúrio dentro de 5 anos e Lírio dentro de 6 anos.
  - (B) Rosa já poderia estar aposentada, Antúrio pode se aposentar dentro de 5 anos e Lírio dentro de 6 anos.
  - (C) Rosa poderá se aposentar dentro de 2 anos, Antúrio já poderia estar aposentado e Lírio poderá se aposentar dentro de 6 anos.
  - (D) Rosa poderá se aposentar dentro de 7 anos, Antúrio dentro de 5 anos e Lírio dentro de 1 ano.
  - (E) Rosa poderá se aposentar dentro de 2 anos, Antúrio já poderia estar aposentado e Lírio pode se aposentar dentro de 1 ano.
- 
31. Conforme previsão constitucional, é correto afirmar:
- (A) A aposentadoria compulsória do servidor público federal se dá aos 75 anos de idade, desde que conte o servidor com um mínimo de 5 anos de contribuição para a Previdência.
  - (B) O Ministro do STF será aposentado compulsoriamente aos 70 anos de idade, desde que conte com tempo de contribuição mínimo de 20 anos.
  - (C) Para o servidor público federal se aposentar de forma voluntária, exige-se tempo mínimo de 15 anos de efetivo exercício no serviço público e 10 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
  - (D) A aposentadoria compulsória do servidor público federal se dá aos 70 anos de idade, desde que conte o servidor com um mínimo de 20 anos de contribuição para a Previdência.
  - (E) Para o servidor público federal se aposentar de forma voluntária, exige-se tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- 
32. Camélia é empregada de uma lanchonete no Município de Peruíbe – SP, sendo registrada em CTPS, contribuindo para a Previdência Social. Como não pode ter filhos de forma natural, Camélia, juntamente com o seu companheiro, resolvem adotar uma criança de 5 anos de idade. Nessa situação, Camélia
- (A) terá direito a salário-maternidade por 120 dias.
  - (B) receberá salário-maternidade pelo período de 90 dias.
  - (C) não faz jus ao benefício de salário-maternidade, que é restrito a quem tem filho biológico.
  - (D) poderá receber salário-maternidade por até 120 dias, desde que o requeira no prazo de 60 dias após obtenção da documentação que comprove a adoção.
  - (E) poderá receber salário-maternidade por até 90 dias, desde que o requeira no prazo de 30 dias após obtenção da documentação que comprove a adoção.
- 
33. Santiago trabalhava como motorista empregado para a empresa de transportes Pé na Estrada Ltda., tendo sofrido acidente quando retornava de uma viagem, vindo a falecer. Como deixou dois dependentes de 11 e 13 anos, estes farão jus a pensão por morte, a contar
- (A) 30 dias após a data do requerimento dirigido ao INSS.
  - (B) do óbito, desde que requerido em até 180 dias da data do falecimento.
  - (C) do falecimento, desde que requerido em até 90 dias do óbito.
  - (D) da data em que ocorreu a morte, não havendo prazo legal para dar entrada no requerimento para dependentes menores de 16 anos.
  - (E) do óbito, desde que requerido em até 120 dias da data do falecimento.
- 
34. Crisântemo é empregado da empresa de som Casa do Barulho Ltda., tendo esposa e um filho de 10 anos como seus dependentes na forma da lei, sendo considerado trabalhador de baixa renda. Envolvido com más companhias, acabou sendo preso por decisão judicial. Nessa hipótese, seus dependentes poderão requerer auxílio-reclusão, desde que comprovem que Crisântemo era segurado da Previdência Social em período superior a
- (A) 180 dias.
  - (B) 1 ano.
  - (C) 120 dias.
  - (D) 24 meses.
  - (E) 90 dias.



35. Zeus é empregado da fábrica de chocolates Cacau Maravilha Ltda., estando em gozo de auxílio-doença pela Previdência Social. Recebeu convocação do Instituto Nacional de Seguridade Social para avaliação médica, sendo considerado apto para retornar ao trabalho. Não se sentindo em condições ainda de voltar ao posto de trabalho, pretende recorrer desta decisão. Para tanto, poderá interpor recurso no prazo máximo de
- (A) 30 dias, perante o Conselho de Recursos do Seguro Social, cuja análise médica pericial, se necessária, será feita pelo assistente técnico médico da junta de recursos do seguro social, perito diverso daquele que indeferiu o benefício.
  - (B) 15 dias, perante o Conselho de Recursos do Seguro Social, cuja análise médica pericial, se necessária, será feita pelo assistente técnico médico da junta de recursos do seguro social e, na falta deste, pelo perito que indeferiu o benefício.
  - (C) 15 dias, perante o Conselho de Recursos do Seguro Social, cuja análise médica pericial, se necessária, será feita pelo assistente técnico médico da junta de recursos do seguro social, perito diverso daquele que indeferiu o benefício.
  - (D) 30 dias, perante o Conselho de Recursos do Seguro Social, cuja análise médica pericial, se necessária, será feita pelo assistente técnico médico da junta de recursos do seguro social e, na falta deste, pelo perito que indeferiu o benefício.
  - (E) 60 dias, perante o Conselho de Recursos do Seguro Social, cuja análise médica pericial, se necessária, será feita pelo assistente técnico médico da junta de recursos do seguro social, perito diverso daquele que indeferiu o benefício.
- 
36. Juliana é empregada doméstica na residência da família Rezende, registrada em CTPS como tal desde 2015. Juliana teve uma filha e levou aos patrões uma cópia da Certidão de Nascimento da menina. Conforme a legislação previdenciária, considerando que a sua filha não é inválida, Juliana deverá receber salário-família
- (A) até sua filha completar 16 anos de idade.
  - (B) enquanto a filha estiver sob sua dependência econômica.
  - (C) até sua filha completar 14 anos, desde que resida com a mãe.
  - (D) enquanto a filha não completar 14 anos.
  - (E) até sua filha completar 18 anos.
- 
37. Januário é segurado da Previdência Social e teve concedido, após perícia médica, o benefício de auxílio-doença. A Previdência Social, desconfiada de que houve conluio entre o beneficiário e o médico, resolve apurar e, na sindicância, conclui que de fato o ato de concessão do benefício de auxílio-doença é produto de fraude. Sobre eventual ação para anulação deste ato, a Previdência Social
- (A) terá prazo decadencial de 5 anos, contados da percepção do primeiro pagamento.
  - (B) não terá prazo decadencial por se tratar de erário público.
  - (C) terá prazo decadencial de 10 anos, contados da percepção do primeiro pagamento.
  - (D) terá que intentar ação dentro de 2 anos, contados da ciência da existência de fraude na concessão do benefício, sob pena de decair do direito.
  - (E) terá prazo decadencial de 10 anos, contados do resultado da sindicância.
- 
38. De acordo com previsão constitucional, em matéria de competência legislativa da União, Estados e Municípios, está correto o que se afirma em:
- (A) Compete privativamente à União legislar sobre Previdência Social.
  - (B) É comum a competência de a União, Estados e Municípios legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
  - (C) A competência para legislar sobre Seguridade Social é concorrente entre União, Estados e Municípios.
  - (D) É exclusiva da União a competência para legislar sobre Previdência Social apenas em relação a normas gerais, podendo Estados e Municípios legislar de forma complementar.
  - (E) É concorrente a competência de a União, Estados e Municípios legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
- 
39. Perseu está se preparando para uma prova de concurso público para cargo de auditor do INSS. Dentre os pontos a serem cobrados em Direito Previdenciário e da Seguridade Social está a forma de gestão da Seguridade Social, conforme previsão da CF de 1988. Sobre a mesma, pode-se dizer que é
- (A) centralizada na União, com gestão tripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores e do Governo.
  - (B) descentralizada, com gestão quadripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do Governo.
  - (C) centralizada na União, com gestão paritária entre membros do Governo e representante dos aposentados.
  - (D) descentralizada, com gestão tripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores e dos aposentados, sob coordenação do Governo.
  - (E) centralizada na União, com gestão tripartite, contando com representantes dos trabalhadores, aposentados e do Governo.



40. Huguinho, Zezinho e Luizinho formaram um grupo de estudos para se prepararem para concurso de Procurador do INSS. Sobre o financiamento da Seguridade Social, Huguinho diz que a Seguridade Social é financiada, dentre outras fontes, pelas receitas de concursos de prognósticos e da contribuição social do exportador de bens. Zezinho concorda com Huguinho, e acrescenta que também são fonte de receita da Seguridade Social rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, desde que decorrente de vínculo empregatício. Por fim, Luizinho expõe como exemplos de receitas da Seguridade Social a contribuição social do importador de bens ou serviços do exterior e faturamento da empresa. Pode-se afirmar que
- (A) apenas Luizinho está totalmente certo.
  - (B) Zezinho e Huguinho estão parcialmente certos e Luizinho totalmente errado.
  - (C) todos estão parcialmente certos.
  - (D) apenas Huguinho e Luizinho estão parcialmente certos.
  - (E) nenhum está totalmente certo.
- 
41. Nero sofreu acidente no âmbito doméstico, quando brincava com seu filho no quintal de casa, vindo a fraturar a perna esquerda. Devido à gravidade da fratura, deverá ficar afastado do trabalho por um período de 3 meses. Sabendo-se que havia perdido a condição de segurado da Previdência Social e só retornou a possuir novamente a filiação ao Regime Geral de Previdência Social há 7 meses, Nero
- (A) não poderá receber auxílio-doença eis que o período de carência na hipótese é de no mínimo 12 contribuições mensais.
  - (B) não poderá receber auxílio-doença eis que o período de carência na hipótese é de no mínimo 24 contribuições mensais.
  - (C) poderá receber auxílio-doença porque a carência mínima exigida é de 15 dias, os quais serão pagos pelo empregador.
  - (D) fará jus ao benefício de auxílio-doença eis que na hipótese o período de carência é reduzido pela metade.
  - (E) fará jus ao benefício de auxílio-doença eis que na hipótese o período de carência é reduzido em 1/3.
- 
42. Genaro foi aposentado por invalidez há 7 anos. Realizado exame pelo INSS, atestou-se que Genaro está apto para retornar ao trabalho, todavia em função diversa da que lhe gerou a incapacidade. Nessa situação, Genaro
- (A) perderá totalmente o benefício de aposentadoria por invalidez a partir da decisão que atestou sua aptidão para exercício de função diversa da que lhe gerou a incapacidade.
  - (B) ainda receberá o benefício de aposentadoria por invalidez de forma integral por 1 ano, eis que já decorridos 5 anos de percepção do benefício.
  - (C) perderá totalmente o benefício de aposentadoria por invalidez após 6 meses da decisão que atestou sua aptidão para exercício de função diversa da que lhe gerou a incapacidade.
  - (D) ainda receberá o benefício de aposentadoria por invalidez de forma integral por 3 meses, e 50% por mais 3 meses, quando cessará definitivamente.
  - (E) ainda receberá o benefício de aposentadoria por invalidez de forma integral por 6 meses, contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
- 
43. Conforme Portaria MPS 154, de 15 de maio de 2008, a informação na CTC sobre o tempo de contribuição reconhecido como tempo especial está restrita a hipóteses taxativas, até que lei complementar sobre a matéria seja editada. Nesse sentido, NÃO é contemplado pela referida Portaria:
- (A) Servidor com deficiência, com amparo em decisão judicial.
  - (B) Exercício de atividades de risco, conforme Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro 1985, ou com amparo em decisão judicial.
  - (C) Servidor com deficiência, desde que atestada por perito do INSS.
  - (D) Exercício de atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, nos limites da Súmula Vinculante nº 33 do STF.
  - (E) Exercício de atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, amparadas por decisão judicial.
- 
44. Considere as assertivas abaixo, conforme previsão na Orientação Normativa do MPS nº 02, de 31 de março de 2009.
- I. São segurados de RPPS os notários ou tabeliães, os oficiais de registro ou registradores, os escreventes e os auxiliares, ainda que não remunerados pelos cofres públicos, visto exercerem função pública por delegação.
  - II. É vedada a filiação ao RGPS, na qualidade de segurado facultativo, de segurado de RPPS.
  - III. Quando houver acumulação de cargo efetivo com cargo em comissão, com exercício concomitante e compatibilidade de horários, haverá o vínculo e o recolhimento ao RPPS, pelo cargo efetivo e, ao RGPS, pelo cargo em comissão.
  - IV. O aposentado por qualquer regime de previdência e que exerça ou venha a exercer cargo em comissão, cargo temporário, emprego público, com exceção de mandato eletivo, vincula-se, obrigatoriamente, ao RGPS.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
  - (B) II e III.
  - (C) III e IV.
  - (D) I e IV.
  - (E) II, III e IV.



45. Romário está estudando direito previdenciário para concurso público de técnico da Receita Federal. Analisando a Orientação Normativa MPS nº 02, de 31 de março de 2009, Romário observou que a unidade gestora do RPPS da União, Estados, Distrito Federal e Municípios procederá a recenseamento previdenciário, com periodicidade não superior a
- (A) 5 anos, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime.
  - (B) 2 anos, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime.
  - (C) 5 anos, abrangendo todos os aposentados do respectivo regime, não incluindo os pensionistas, que são contados a cada 2 anos.
  - (D) 2 anos, abrangendo todos os aposentados do respectivo regime, não incluindo os pensionistas, que são contados a cada 5 anos.
  - (E) 3 anos, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime.
- 
46. De acordo com a Orientação Normativa MPS nº 02, de 31 de março de 2009, para preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, a lei do ente federativo que majorar as alíquotas de contribuição deverá estender a vigência das alíquotas estabelecidas na legislação anterior durante o período de
- (A) 180 dias.
  - (B) 60 dias.
  - (C) 1 ano.
  - (D) 90 dias.
  - (E) 120 dias.
- 
47. Aristeu era servidor público federal, tendo exercido o cargo de analista judiciário vinculado ao Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. Aristeu faleceu em 10 de maio de 2019, quando em plena atividade no TRE do Amapá, tendo ingressado já na vigência da Emenda 41 da CF de 1988, e deixou como dependentes a esposa e dois filhos menores. Nos termos da Lei nº 10.887, de 2004, os dependentes de Aristeu receberão pensão por morte
- (A) equivalente à remuneração que Aristeu recebia na data do óbito, por observância do princípio da integralidade dos benefícios devidos aos dependentes do segurado.
  - (B) de 80% da remuneração que Aristeu recebia na data do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% da parcela excedente a este limite.
  - (C) da totalidade da remuneração na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% da parcela excedente a este limite.
  - (D) de metade da remuneração na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 80% da parcela excedente a este limite.
  - (E) da totalidade da remuneração na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 80% da parcela excedente a este limite.
- 
48. Joana D'arc é servidora pública federal do Banco Central e completou as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas na CF de 1988. Se optar por permanecer em atividade, Joana D'arc fará jus a um benefício, que será equivalente
- (A) ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.
  - (B) a 70% do valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.
  - (C) ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória, com retenção de 11% de contribuição previdenciária.
  - (D) a 70% do valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória, sem retenção de contribuição previdenciária.
  - (E) a 80% do valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória, sem retenção de contribuição previdenciária.

#### Correspondência e atos oficiais

49. Considere que, investido(a) na função de Agente Previdenciário, seja necessário redigir uma carta de agradecimento ao reitor da Universidade Estadual de São Paulo. O pronome de tratamento adequado é:
- (A) Vossa Senhoria.
  - (B) Vossa Paternidade.
  - (C) Vossa Magnificência.
  - (D) Vossa Eminência.
  - (E) Vossa Reverendíssima.
- 
50. Um Agente Previdenciário necessita escrever para o Banco Central com o intuito de obter informações acerca de um particular. Para tanto, o gênero textual adequado é:
- (A) Ordem de serviço, apenas, tendo em vista que a entidade bancária se subordina à Administração pública.
  - (B) Ofício ou memorando, pois ambos são utilizados para comunicação externa.
  - (C) Circular ou memorando, pois ambos são utilizados para comunicação externa.
  - (D) Ofício ou circular, pois ambos são utilizados para comunicação externa.
  - (E) Ofício, apenas, já que se trata de comunicação externa.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado Capítulo 10. 10.3 Na **Prova Discursiva – Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.4.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva – Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva – Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.4.1 – **Conteúdo**, 10.4.2 – **Estrutura** e 10.4.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.6 Na **Prova Discursiva – Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.7 Na **Prova Discursiva – Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de **20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8 A **Prova Discursiva – Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos**.

**Observação:** NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

*A garantia de uma boa qualidade de vida na terceira idade depende de fatores sociais, culturais, ambientais e individuais. Esses fatores interferem nos papéis que a pessoa idosa desempenha na sociedade.*

Com base nas ideias apresentadas, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

**A interação do idoso em sociedade**

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30